

Racismos

FRANCISCO BETHENCOURT

Racismos

DAS CRUZADAS AO SÉCULO XX

TEMAS E DEBATES

Círculo de Leitores

Introdução

Esta obra rompe com a visão, relativamente consensual, de que a teoria das raças antecedeu o racismo; põe em causa o atual revisionismo académico, que remonta a invenção do racismo à Antiguidade Clássica; e rejeita a ideia do racismo enquanto fenómeno inato partilhado por toda a humanidade. Contraponho que determinadas configurações de racismo só podem ser explicadas com a pesquisa de conjunturas históricas precisas, as quais terão de ser comparadas e estudadas a longo prazo. O racismo é relacional e sofre alterações com o tempo, não podendo ser compreendido na sua totalidade através do estudo segmentado de breves períodos temporais, de regiões específicas ou de vítimas sobejamente conhecidas – negros ou judeus, por exemplo.

O conceito de racismo de que me servirei neste livro – preconceito quanto à descendência étnica combinado com ação discriminatória – serve de base para esta abordagem de longo prazo, permitindo-nos descrever as suas diferentes formas, continuidades, descontinuidades e transformações. Irei concentrar a minha pesquisa no mundo ocidental, desde as Cruzadas até ao tempo presente. Encontramos discriminação e preconceitos étnicos internos na Europa desde a Idade Média até presente, tendo a expansão europeia dado origem a todo um corpo coerente de ideias e de práticas associadas à hierarquia dos povos de diferentes continentes. Não defendo que a realidade do racismo seja exclusiva desta zona do globo; a Europa limita-se a fornecer um cenário relativamente consistente que será comparado com outras partes do mundo onde se verificou a ocorrência de fenómenos semelhantes.

A presente obra baseia-se, em grande medida, na análise de fontes primárias impressas e visuais que nos adiantam novas pistas sobre o passado, servindo-se ainda da interpretação crítica de uma importante e extensa literatura secundária, oriunda de vários campos do saber, acerca do racismo¹. A hipótese em torno da qual se centra a minha pesquisa considera que, ao longo da história, o racismo enquanto preconceito étnico associado a ações discriminatórias foi motivado por projetos políticos.

Questões

Como é possível que a mesma pessoa seja considerada negra nos Estados Unidos, de cor nas Caraíbas ou na África do Sul, e branca no Brasil? Foi esta questão que há doze anos me levou a investigar a história do racismo. A arbitrariedade está no cerne da questão, mas a minha formação obrigava-me a levar a sério as formas de classificação. As classificações podem moldar o comportamento humano em todos os níveis da sociedade. Neste caso, parecia óbvio que as classificações raciais tinham o poder imenso de escalonar os grupos sociais, bem como de impor limitações e oportunidades às populações dos países envolvidos. Consultei os principais estudos sobre racismo de Pierre van den Berghe, Carl Degler e George M. Fredrickson², obras que identificavam claramente percepções raciais comuns e divergentes nos Estados Unidos e no Brasil: como exemplo dessas divergências, nos Estados Unidos, uma gota de sangue africano define um indivíduo como sendo negro, ao passo que, no Brasil, o estatuto de classe média embranquece a tez humana. Não obstante, sentia que tanto os antecedentes históricos como as formas de classificação em constante mudança careciam de uma exploração mais atenta. O atual contraste entre a França e os Estados Unidos é revelador: a classificação racial, vista como reforço dos preconceitos racistas, foi oficialmente abolida pelos franceses, ao passo que, nos Estados Unidos, a classificação racial faz parte de todos os inquéritos burocráticos, especialmente no caso de quem pretende entrar no país. Ao mesmo tempo, os afro-americanos apoderaram-se do termo raça para o usar como expressão de identidade coletiva e como ferramenta política contra a discriminação. O conceito de classificação racial enquanto construção social que servia para justificar hierarquias e monopolizar recursos foi subvertido.

Com o avançar do meu trabalho, apercebi-me de que a questão que o inspirara se baseava unicamente na cor da pele; ele não incluía, por exemplo, os nativos americanos, cujo tom de pele era indiscutivelmente semelhante ao de muitos brancos europeus. Voltava a sentir-me enredado pelas teias da classificação. Onde e como se inventara o conceito da pele-vermelha? Como seria possível manter-se o contraste entre pele negra e branca, pesasse embora a imensidão de gradações, tanto em África como na Europa? Notei ainda que as classificações raciais, formuladas na Europa e nos Estados Unidos setecentistas e oitocentistas com objetivos científicos, ambicionavam incluir todos os povos do mundo numa disposição relacional sistémica e hierárquica. Isso ia bem além da simples variação do tom da pele. Teria de associar experiências coloniais concretas à visão global dos povos do mundo. Tal viria a definir as questões seguintes: como se produziam os sistemas de classificação racial? Como variavam esses sistemas no tempo e no espaço? Até que ponto moldaram as ações humanas? Como foram as classificações raciais influenciadas pelos conflitos e pelos interesses sociais? Como é que as hierarquias rácicas refletiram os preconceitos e estimularam a ação discriminatória?

Esta lista de questões ainda deixava espaços vazios na minha investigação. Os judeus, por exemplo, raras vezes foram definidos pela cor da pele, e nem sequer foram incluídos nas muitas teorias de raças desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX. Todavia, os judeus foram o principal alvo de extermínio racial na Alemanha nazi. À luz deste caso devastador de genocídio, o racismo não pode ser compreendido dentro dos limites da história intelectual; as práticas sociais e políticas são cruciais. Foi por isso que decidi estudar o racismo enquanto prática de discriminação e de segregação. Uma vez que tem sido usada tanto para legitimar a intervenção institucional, como para justificar a ação informal dos grupos sociais, a classificação racial não pode ser ignorada. Daí ser necessário compreender as práticas, os estereótipos e as ideias classificatórias como estando interligados. A classificação depende da perceção que temos dos outros povos do mundo, pelo que tanto uma como outra têm de ser reconstituídas. De seguida, expandi a minha investigação para outros casos de genocídio, abrangendo os hereros, na Namíbia, e os arménios, no Império Otomano. Percebi que diferentes formas de racismo foram surgindo no tempo e no espaço, sempre relacionadas com as conjunturas específicas.

Era preciso libertar-me de uma perspectiva de racismo linear e cumulativo, o que por sua vez levou à derradeira questão essencial: em que condições a discriminação e a segregação se transformaram em extermínio racial?

Interpretações

A ideia de que a teoria das raças antecede o racismo – visão relativamente consensual entre os historiadores – pressupõe que a noção de descendência étnica se desenvolveu na Europa dos séculos XVIII e XIX de acordo com a teoria das raças, a qual definia a divisão natural da humanidade em subespécies dispostas hierarquicamente³. Segundo esta visão, a teoria das raças tornara-se uma ferramenta importante para criar e justificar a discriminação e a segregação. Essa abordagem atribui a responsabilidade de conflitos étnicos anteriores a antagonismos religiosos e não a divisões modernas e naturais. Por fim, ela destaca o uso histórico do nome raça em contraste com a criação, no século XX, do nome racismo.

Na minha perspectiva, a classificação não antecede a ação. Embora reconheça o impacto crítico da estrutura científica veiculada pela teoria das raças, o preconceito em relação à descendência étnica combinado com ação discriminatória sempre existiu em diversos períodos da história. Os conceitos de sangue e de descendência desempenhavam já um papel central nas formas medievais de identificação coletiva, ao passo que o moderno antagonismo étnico e racial foi, em grande medida, inspirado pelos conflitos religiosos tradicionais. A teoria das raças sempre se viu entremeada por pontos de vista diversos, razão pela qual abordarei o tema no plural. Falar de raça antes de racismo implica seguir uma abordagem nominalista – há muitos anos, Lucien Febvre frisou que o conteúdo pode existir antes do nome que o expressa⁴. Mais à frente analisarei a relevância do vocabulário e explicarei as minhas opções.

O pressuposto de que o racismo é um fenômeno moderno foi posto recentemente em causa⁵. Benjamin Isaac contesta a ideia, comumente aceite, de Frank Snowden de que os gregos e os romanos tinham preconceitos contra os bárbaros e contra os negros, embora tais preconceitos fossem culturais e não naturais⁶. Os bárbaros não conseguiam falar grego, pelo que não

tinham noção dos hábitos, das ideias e das regras de comportamento desenvolvidos pelos gregos. Os negros eram apelidados de «caras queimadas», o significado original do nome etíope em grego, mas de acordo com Snowden os preconceitos contra a cor da pele não se traduziam em políticas de exclusão social. A divisão entre povos livres e escravos, ou entre os gregos e os bárbaros, era mais importante. Contra essa visão, Isaac desenvolve uma defesa extremamente detalhada da existência de racismo na antiguidade. Para Isaac, os preconceitos eram produzidos constantemente e estavam bastante disseminados, sendo prejudiciais àqueles que eram suas vítimas. Tal abordagem prova a existência de preconceitos enraizados em relação à descendência coletiva, mas não prova ação discriminatória consistente e sistemática – o segundo elemento essencial do racismo. Todavia, consegue mostrar-nos a importância dos preconceitos, sendo que alguns deles antecipam ideias que os historiadores apontam como tendo nascido no século XVIII. Tais preconceitos eram também instáveis, já que foram aplicados sucessivamente a povos diferentes, acompanhando a variação das conjunturas políticas. Isaac explica como interesses específicos dão forma aos preconceitos, indo estes servir esses interesses.

A visão da história do racismo numa estrutura historicista (ou compartimentada) foi posta em causa por Fredrickson com a sua primeira história geral do racismo no mundo ocidental desde a Idade Média ao século XX⁷, um estudo que, ao estabelecer ligações e evitar anacronismos, se afasta da abordagem que encara o passado em fatias. Fredrickson distingue racismo informal, praticado pelos grupos sociais na vida do dia a dia, do racismo institucional, patrocinado pelo Estado e assumindo a forma de política formal, tal como verificado no Sul dos Estados Unidos, na Alemanha e na África do Sul. O autor destaca corretamente o colapso deste racismo institucionalizado entre 1945 e 1994, pese embora a persistência do racismo informal. Fredrickson realça ainda a visão racial medieval e do início da era moderna, que colocava o sangue e a descendência no cerne dos principais preconceitos e ações discriminatórias, assentes na informação genealógica. Ao mesmo tempo, o autor aceita a ideia estabelecida de que a religião foi essencial para a criação dos preconceitos medievais e do início da era moderna, a par das ações discriminatórias, enquanto a ideia de uma hierarquia

natural de raças, legitimada cientificamente, veio influenciar as modernas ações políticas.

Em contraste, a minha visão é de que as modernas realidades racistas, em especial contra os armênios e os judeus, mostram que a separação entre hierarquias religiosas e naturais é muito mais esbatida do que o comumente aceite. Além disso, Fredrickson não contestou de forma sistemática a divisão entre natureza e cultura. Claude Lévi-Strauss instalara formalmente essa separação no centro do estudo antropológico, até mesmo nos seus livros póstumos sobre o Japão⁸. Para mim, essa divisão não é universal; o próprio Japão é um país onde sempre se defendeu a simbiose ideal entre natureza e cultura. Foi preciso a minuciosa e sólida exploração da raça e do racismo na América Latina levada a cabo por Peter Wade para abalar ainda mais a separação tradicional entre natureza e cultura⁹. Não obstante, essa abordagem está longe de ser unanimemente aceite.

No livro de Fredrickson as referências à história medieval e do início da era moderna são derivativas, o que dá origem a uma estrutura esquemática e artificial. O contexto histórico dos preconceitos e das ações discriminatórias não é apresentado de modo convincente. A narrativa do livro salta da perseguição dos judeus na Idade Média e dos cristãos-novos de ascendência judaica na Península Ibérica para as teorias das raças no século XVIII. O trabalho concentra-se exclusivamente nas ações discriminatórias contra os judeus e os negros, havendo, por exemplo, uma ausência de referências aos armênios. Trata-se de um problema de relevo, pois os preconceitos centrados na descendência étnica combinados com ações discriminatórias deram origem a hierarquias de tipos de seres humanos. Segundo a minha perspectiva, o racismo é relacional, colocando grupos específicos em hierarquias contextualizadas de acordo com objetivos concretos. Por fim, Fredrickson não aborda o impacto do nacionalismo na teoria e nas práticas racistas, salvo para declarar que, regra geral, o racismo desenvolve-se no seio de uma estrutura nacional. O nacionalismo é um ponto crucial no longo período entre as décadas de 1840 e 1940, algo que cada vez mais leva a trocas produtivas entre os historiadores do racismo e os do nacionalismo. Como sabemos, o caso mais extremo de fusão entre nacionalismo e racismo foi apresentado pela Alemanha nazi, que fez da exclusão dos judeus política nacional, mas precisamos

igualmente de ter em conta os casos anteriores do Império Otomano, com políticas que definiam a exclusão das minorias, ou da Rússia, com *pogroms* regulares e deportações massivas de populações étnicas/religiosas durante os séculos XIX e XX.

Esta discussão deve ser alargada à principal estrutura interpretativa aplicada ao racismo enquanto fenómeno histórico. Explícita ou implicitamente, muitos historiadores consideram o racismo um fenómeno partilhado por toda a humanidade, que surge esporadicamente em circunstâncias especiais e que tem subjacente o orgulho de pertença e uma rivalidade natural entre adversários. Esta abordagem imanente vê o racismo como fazendo parte integrante da condição humana. Arthur Keith (1866-1955), o anatomista que serviu como reitor da Universidade de Aberdeen e como presidente do Royal Anthropological Institute, equiparava raça e nação, atribuindo assim ao racismo um carácter essencialmente nacionalista – questão que debaterei no início da Parte III. Keith dizia que o sentimento de raça era «parte da máquina evolutiva que salvaguarda a pureza da raça; normalmente, os preconceitos humanos têm significado biológico»¹⁰. Segundo esta visão, qualquer história teria de se limitar a uma abordagem fenomenológica, já que a estrutura seria providenciada pelos instintos naturais e pela competição que nascem da emergência ou da afirmação das nações/raças. Rejeito esta visão imanente que não se baseia nem em dados científicos nem em indícios históricos. Defendo que temos de investigar as circunstâncias específicas da emergência das práticas sociais de exclusão de grupos concretos e das teorias raciais. Tais práticas e teorias não são universais e não apresentam a mesma configuração ao longo do espaço e do tempo, tal como veremos com o alargamento da minha análise à China, ao Japão e à Índia¹¹.

A interpretação marxista associa o racismo às relações de produção, considerando os preconceitos quanto à descendência étnica e as ações discriminatórias como sendo princípios básicos ideológicos e políticos da acumulação de capital, os quais servem para manter os salários baixos e para justificar a exploração dos tipos de seres humanos considerados inferiores¹². Trata-se de uma atualização inteligente para os tempos modernos da noção aristotélica da escravatura natural, a qual justificava e criava um quadro natural para a existência do trabalho escravo. A vantagem desta interpretação – a

sua clareza – acaba por ser exatamente o seu grande problema: um âmbito limitado e um poder explicativo reduzido. Está exclusivamente associada às relações económicas, contribuindo para a compreensão dos aspetos coloniais e pós-coloniais da divisão do trabalho internacional, a qual maximizava os lucros, ao mesmo tempo que minimizava os custos tanto da produção como da perturbação política; todavia, não fornece uma explicação a nível global. Immanuel Wallerstein, por exemplo, considera as políticas nazis de extermínio dos judeus como sendo irracionais, pois não se encaixam no modelo de divisão laboral racional. Torna-se óbvio, porém, que existem níveis de racionalidade além dos estritamente económicos.

As abordagens políticas e sociais sugerem melhores modelos interpretativos. Nos Estados Unidos, o racismo foi analisado como sendo um projeto político que criava ou reproduzia estruturas de domínio baseadas em categorias raciais, aceites sem discussão para a organização de instituições e de identidades até aos nossos dias¹³. Há um século, Max Weber abordou o problema subtilmente: associou o racismo e as teorias raciais à monopolização do poder social e da honra, ao mesmo tempo que ele desempenhava um papel importante na revelação da arbitrariedade da classificação racial no seu tempo¹⁴. É a luta pelo monopólio do poder social que está em jogo com o racismo e com a teoria racial. Os preconceitos quanto à descendência étnica combinados com ações discriminatórias são assim associados a projetos políticos, mesmo que eles nem sempre sejam integrados e institucionalizados pelo Estado. Essas interpretações inspiraram a hipótese de que o racismo é desencadeado por projetos políticos e está ligado a condições económicas específicas. O racismo pode ser alimentado ou desencorajado pelos poderes instituídos, sendo canalizado por uma rede complexa de memórias coletivas e de possibilidades repentinas – uma rede que pode alterar a forma e os objetivos do racismo.

Semântica

Os conceitos usados para analisar o racismo são, eles próprios, produtos da história, razão pela qual é essencial que os contextualizemos. Os nomes racista e racismo foram criados recentemente, em finais do século XIX, início

do xx, para designar aqueles que promoviam a teoria racial e a hierarquia de raças. A divisão da humanidade em grupos de descendência que supostamente partilhariam os mesmos traços físicos e mentais foi reduzida para se enquadrar em contextos políticos específicos, com esses grupos dispostos numa relação de superioridade ou de inferioridade. Nas décadas de 1920 e 1930, os termos racista e racismo assumiram o sentido de hostilidade contra grupos raciais. Essas inovações linguísticas refletiam as políticas de segregação no Sul dos Estados Unidos e o desenvolvimento, na Europa, de movimentos nacionalistas baseados em teorias raciais – concretamente, a subida dos nazis ao poder na Alemanha. Os antónimos antirracista e antirracismo foram cunhados nas décadas de 1930 e 1950, respetivamente, para manifestar o protesto político contra os preconceitos, a discriminação e a segregação raciais¹⁵. A derrota da Alemanha nazi na Segunda Guerra Mundial revelou que os preconceitos ráticos haviam sido transformados em ações políticas numa escala sem precedentes, resultando em muitos milhões de mortes. A descoberta do ponto a que tinham sido levadas as políticas de extermínio racial conduziu à adoção do antirracismo que é agora a norma.

Enquanto o sintagma racismo adquiriu de imediato um conteúdo específico, o significado do termo raça é extremamente instável. A palavra começou a ser usada na Idade Média como sinónimo de casta, sendo aplicada à cultura de plantas e à criação de animais. Em finais do período medieval era usada como definição de linhagem nobre em Itália e em França. Durante a longa contenda ibérica entre muçulmanos e cristãos, seguida da expansão ultramarina, o termo raça adquiriu um sentido étnico – originalmente aplicado aos descendentes de judeus e de muçulmanos, referindo-se à impureza do sangue, e foi depois usado para nativos africanos e americanos. Assim sendo, o conteúdo semântico do termo desenvolveu-se através de um sistema hierárquico de classificação étnica no contexto ibérico. No século xviii, o termo raça era usado na Europa para referir o género feminino e, de um modo geral, para indicar variedades de seres humanos. No seio das teorias das raças, o termo adquiriu um papel ambíguo na catalogação de subespécies, praticamente transformadas em espécies pelo racismo científico em meados do século xix. Em finais do século xix, início do xx, o triunfo do nacionalismo por todo o mundo ocidental levou a que o termo raça fosse equiparado a nação¹⁶.

A devastação extraordinária deixada pela Segunda Guerra Mundial, em grande medida inspirada pelas teorias raciais, pôs em causa a base científica de tais teorias, bem como o próprio conceito de raça. O debate desencadeado em finais da década de 1940 pela UNESCO não viu o seu termo com o mapeamento e sequenciamento do genoma humano no ano 2000¹⁷. Hoje em dia, os cientistas põem em causa a base biológica da raça, pois a variação genética dentro das raças consideradas nos parâmetros tradicionais é maior do que entre raças distintas, embora aceitem a existência de aglomerados específicos étnicos com predisposições clínicas em termos de imunidade e vulnerabilidade a doenças¹⁸. Entretanto, e como já referi, o termo raça foi usado pelos afro-americanos para expressar a sua identidade coletiva e subverter o uso pejorativo original da palavra. A questão do «desejo» de raça foi examinada neste contexto político e cultural¹⁹. Será necessária a reavaliação do conceito de identidade enquanto perceção relacional de pertença que afeta indivíduos, grupos e comunidades ao longo do tempo bem como nos diversos locais, num processo sistemático de construção e reconstrução²⁰. O racismo terá certamente desempenhado um papel relevante entre os grupos-alvo, dando origem a cruzamentos complexos de identidades resistentes.

A ligação exclusiva do racismo à Europa foi posta em causa por vários estudos sobre a China, o Japão e a Índia²¹. Os conflitos entre etnias tuaregues e africanas na região do Sahel da África Ocidental foram recentemente interpretados à luz dos conceitos de raça e de hierarquia racial, considerados anteriores à herança colonial²². Enquanto a expansão muçulmana trouxe consigo conceitos de descendência partilhados com os povos latinos cristãos, o alargamento dessa abordagem à investigação do genocídio contra os tutsis obriga a uma análise mais profunda das tradições locais. Mais uma vez, corremos o risco de reificar a noção de raça.

A instabilidade do termo raça prova que a sua classificação reflete o contexto histórico em vez de o definir. O problema é que o termo acabou por se tornar demasiado contaminado pelas práticas políticas de segregação e de extermínio para que possa ser usado de modo neutro pelos investigadores. Isso explica o motivo por que antropólogos e historiadores começaram a procurar termos alternativos que designem grupos coletivos fora dos limites ideológicos e anacrónicos da classificação racial. O termo étnico serviu de

escolha óbvia, já que foi cunhado no século XIII a partir do latim cristão *ethnicus* (pagão ou gentil), tendo este termo origem na designação grega para povo, *ethnos* (nação ou raça)²³. Esse termo trazia a promessa de vir a combinar os conceitos de identidade coletiva e de «diferença» sem estar pejado de preconceitos rácicos. O problema levantado pelos antropólogos prende-se com o risco de unificação de grupos com fronteiras fluidas, e que passaram por processos de fragmentação e de reorganização. A cunhagem do termo etnicidade tentou captar o conceito de fluidez. Irei servir-me das noções de étnico e etnicidade para designar grupos que se identificam através de uma descendência comum, realçando a fluidez e a recomposição através do termo etnicidade. Em certos casos, sempre que os investigadores recentes o considerem apropriado, servir-me-ei do termo linhagem, como na África Ocidental, onde o parentesco desempenhou um papel relevante na estruturação de grupos profissionais e de políticas tradicionais.

O conceito de racismo que usarei neste trabalho resulta de uma reflexão sobre a semântica histórica, bem como sobre os desenvolvimentos conceituais verificados nas ciências sociais. O racismo atribui um único conjunto de traços físicos e/ou mentais reais ou imaginários a grupos étnicos específicos, acreditando que essas características são transmitidas de geração em geração. Os grupos étnicos são considerados inferiores ou divergentes da norma representada pelo grupo de referência, justificando assim a discriminação ou a segregação. O racismo tem como alvo não só os grupos étnicos considerados inferiores, mas também os grupos considerados concorrentes, como os judeus, os muçulmanos ou os arménios. Vamos encontrar no passado os elementos centrais da descendência, do preconceito e da ação discriminatória, não só em práticas, como também em perceções: os termos inferior, preconceito, exclusão e separação eram usados em finais da Idade Média, ao passo que os termos inferioridade, estigma, segregação e discriminação foram cunhados nos séculos XVI e XVII²⁴. Põe-se ainda a questão de que o preconceito associado à descendência étnica não identifica cabalmente o racismo, que exige a presença de ações discriminatórias.

O racismo distingue-se do etnocentrismo no sentido em que não se refere de forma abstrata a bairros ou comunidades outras desprezadas ou temidas; regra geral aplica-se a grupos com quem a comunidade de referência lida –